

PATRIMÔNIO IMATERIAL, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E MATERIALIDADE: DISTINTAS LEITURAS SOBRE A PRESERVAÇÃO CULTURAL

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

Editora

Os artigos aqui reunidos analisam alguns dos problemas relativos ao patrimônio cultural, do seu reconhecimento a sua salvaguarda, em debate na segunda década do século 21. Considerando que a noção de bem cultural é uma construção histórico-social que vem se ampliando larga e continuamente, seja do ponto de vista conceitual ou cronológico, sua discussão impõe-nos, por um lado, uma tarefa cotidiana; por outro, exige-nos estudos cada vez mais aprofundados e atualizados, para a adoção de um método consistente para a sua respectiva atribuição de valor. A diversidade de temas e leituras expostas nesta edição revela a abrangência e a complexidade da preservação nos dias atuais e chama-nos a atenção a presença do Iphan como subsídio para a maioria dos artigos. É nesta perspectiva que propomos a leitura dos textos a seguir.

O patrimônio imaterial, pela sua inata complexidade, tem sido um forte estímulo para a reflexão e o debate, como ilustram os dois primeiros artigos desta edição. Leandro Ribeiro do Amaral analisa, no artigo intitulado *Historicidade e aspectos centrais da política federal do patrimônio cultural*

imaterial: uma interpretação, a inserção do patrimônio imaterial no âmbito do Iphan, órgão de antiga e reconhecida trajetória na preservação dos bens materiais. A recuperação histórica da política federal sobre o patrimônio imaterial em paralelo às ideias sobre bens culturais lançadas desde a criação da instituição permite-nos acompanhar a identificação e consolidação deste conceito que têm orientado as decisões do presente. Mariela Rodrigues Pereira, por sua vez, no artigo *Caminhos para proteção dos babçuais e dos seus detentores culturais*, trata da aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o uso das indicações geográficas como instrumentos complementares à preservação de bens culturais, tomando como referência as comunidades que vivem da exploração do babaçu.

A preservação dos bens edificados, que já vem sendo trabalhada desde os anos 1930, com um percurso de acertos e erros, contribui sobremaneira para a discussão das questões contemporâneas. Os processos de tombamento e seus pareceres constituem instrumentos de grande interesse histórico, que Lucília Santos Siqueira, no seu artigo *A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves*, tomou como subsídio para problematizar a preservação de um edifício histórico tombado pelo Iphan e Condephaat.

Esse mesmo percurso histórico do Iphan foi subsídio para que Fernando Pascuotte Siviero problematizasse em *Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação*, a noção de educação patrimonial presente no âmbito da instituição desde sua criação e suas mudanças frente ao alargamento do conceito de bem cultural.

O artigo *O lugar do patrimônio industrial na cidade contemporânea: atores, valores e embates: a trajetória das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca*, de Ana Lara Barbosa Lessa, traz ao debate os desafios da cidade contemporânea no enfrentamento de um embate que se torna cada dia mais presente no cotidiano metropolitano, qual seja a renovação e a preservação do patrimônio cultural. Analisando uma área de tradicional ocupação industrial, a autora expõe o conflito de interesses dos vários agentes sociais envolvidos na sua preservação e a necessidade do diálogo entre todos os envolvidos.

Essa relação se torna ainda mais complexa quando o debate se trava entre diferentes países, como bem analisa Rubens da Silva Ferreira em

O Escudo Guianês em uma perspectiva patrimonial, envolvendo o meio ambiente de uma região de fronteira entre seis estados: Brasil, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Suriname e Venezuela, cujas diferentes interpretações sobre preservação ambiental devem se afinar e um processo de cooperação internacional com vistas à inclusão desse relevo na Lista do Patrimônio Mundial.

Se as questões conceituais e políticas têm aguçado os debates contemporâneos, como apontam os textos comentados, não menos importantes são as análises do próprio bem enquanto documento histórico e o que sua materialidade pode revelar sobre as técnicas construtivas e todos os saberes delas decorrentes, que Marília Lopes de Souza problematiza no texto intitulado *Caracterização da argamassa de assentamento do Mosteirinho da Irmandade de São Francisco em Paudalho – PE*, a partir de pesquisas em laboratório de material recolhido de edifício histórico.

Os acervos vêm merecendo maior atenção por parte dos pesquisadores, que por sua vez têm estimulado a conservação e extroversão. A sua divulgação para um público mais amplo permite um envolvimento da sociedade com as questões da preservação e possibilita o retorno daqueles que com ele se identificam, como foi o caso da *Exposição Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980)*, com curadoria da profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, que suscitou o retorno de antigos colaboradores, com depoimentos e novos documentos. Exposta na sede do Centro de Preservação Cultural (CPC) entre 10 de abril e 17 de maio, ampliou o número de visitantes, estimulou os trabalhos do CPC como atividade educacional e os percursos de reconhecimento da cidade.

Os acervos documentais da Universidade foram também instrumentos fundamentais para a estruturação do *Caderno 10 – Patrimônio Construído: preservação, gestão e memória*, organizado pelo então diretor do CPC, prof. Dr. José Tavares Correia de Lira, que nos seus catorze textos explicitam a dimensão do patrimônio cultural da USP, alguns deles destacados na resenha de Aline Nassaralla Regino.

Na expectativa de que a leitura levante questões, dúvidas e reflexões, convido-os a desfrutar desta edição.